

# **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 12 Fls. 752  
PRESIDENTE DA C. P. L.

Concorrência Pública nº 001/2019.

Recorrente: GAC DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS

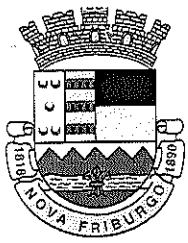
### **DECISÃO**

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa GAC DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS, em face da r. decisão prolatada pela Comissão Permanente de Licitação na fase de habilitação do certame licitatório Concorrência Pública nº 001/2019, cujo objeto versa sobre “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRODUTORA E VEICULADORA DE PROGRAMAS AUDIOVISUAIS, QUE PROMOVA A CAPTAÇÃO AUDIOVISUAL, PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO TELEVISIVA DOS PROGRAMAS DA “TV CAMARA”, DIVULGADORES DAS SESSÕES E DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO PODER LEGISLATIVO DE NOVA FRIBURGO/RJ,”.

Em sua irresignação, a recorrente alega que as empresas MAV MASTER e NOVIDADE TV não apresentaram certidão negativa de débito junto a Fazenda Municipal corretamente, bem como esta última deixou de apresentar o registro e o CPF da jornalista indicada.

Foram apresentadas contrarrazões ao recurso pelas licitantes MAV MASTER e NOVIDADE TV.

A CPL, de posse da documentação, manteve sua decisão, fundamentando/justificando por meio de documento acostado aos autos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 92 Fis. 253  
PRESIDENTE DA C. P. L.

**É o breve relato, passo a decidir:**

Inicialmente, cabe frisar que o edital, após análise do Eg. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, recebeu chancela para seu prosseguimento.

O recurso em voga foi apresentado tempestivamente, preenchendo os requisitos formais, de forma que merece ser conhecido.

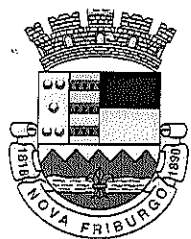
Quanto ao mérito, apesar de todo alegado, o mesmo não merece prosperar.

No que tange a questão envolvendo a Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal, percebe-se que tanto a empresa MAV MASTER (fl. 319), como a licitante NOVIDADE TV (fl. 235), apresentaram tal documento comprovando as respectivas regularidades fiscais.

Veja que ambas apresentaram Certidão Negativa de Débito, constando expressamente ***“não constam pendências em seu nome relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, bem como inexistência inscrição em Dívida Ativa até o presente momento”***

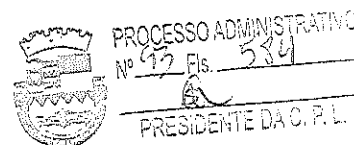
Para fins de comprovação da regularidade fiscal junto ao fisco municipal, as certidões apresentadas são suficientes para atender a exigência editalícia. Ademais, conforme relacionado pela CPL, inexistência qualquer ressalva nos documentos apresentados que os mesmos só terão validade acompanhados de outros instrumentos.

*Ar*



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Portanto, sem maior necessidade, com relação a este tópico, a irresignação não merece acolhimento, vez que cabalmente comprovada a regularidade fiscal de ambas as concorrentes – MAV MASTER e NOVIDADE TV – junto a Fazenda Municipal.

No que concerne ao registro profissional da jornalista Nai Frossard Magalhães, apresentado pela empresa empresa NOVIDADE TV, o fato de não constar seu CPF não justifica o alijamento da empresa licitante da disputa.

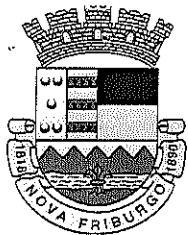
No que tange a alegada falta de registro, nota-se que o edital, em seu Anexo III, exige “1 (um) jornalista **registrado**, com experiência em Direção de TV, incluindo programas de entrevistas e reportagens.”

Assim, a concorrente NOVIDADE TV apresentou às fls. 253, informações a respeito da aludida jornalista, indicando, inclusive, o numero de seu registro junto a entidade competente, o que já é suficiente para atender a exigência editalícia.

Veja que o edital pede “registrado”, sem indicação de uma determinada forma específica. Portanto, o licitante deve comprovar a existência de registro, seja por qualquer meio hábil. Tendo isso, estará cumprindo a exigência.

Nota-se que a CPL não poderia, em hipótese alguma, considerando que o edital não indicou uma forma específica a respeito da comprovação do registro do profissional, prolatar julgamento mediante artifício sigiloso, violando o princípio da igualdades entre os licitantes.

O Eg. Tribunal de Contas da União, assim já revelou:



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 93 Fls. 555  
PRESIDENTE DA C. P. L.

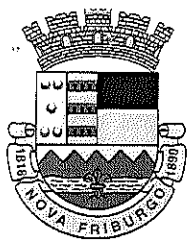
“As exigências de qualificação técnica devem ser objetivamente definidas no edital, sob pena de violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.” (Acórdão 2630/2011 – Plenário)

Inabilitação indevida. Utilização de critério motivador da inabilitação não previsto no edital. Audiência. Rejeição das Justificativas. Multa. 1. É irregular a inabilitação de licitante em concorrência pública utilizando-se de critério e motivação não previstos no edital. A oculação de informação relevante à habilitação dos licitantes os princípios do processo licitatório como os da legalidade, publicidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao disposto no instrumento convocatório. (TCU – 03379920130)

A questão é simples, a empresa **NOVIDADE TV** apresentou o profissional jornalista, e por meio das informações contidas na fl. 253 seus respectivos dados, inclusive o numero de seus registros, etc. Nesta toada, sua inabilitação na disputa em comento, por este motivo, seria desarrazoada e forçosa, contrariando, inclusive, regras basílares do ordenamento jurídico.

A eventual falta do numero do CPF e eventuais questões meramente formais não são capazes de gerar a inabilitação de licitantes. Vários são os ensinamentos:

*A.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

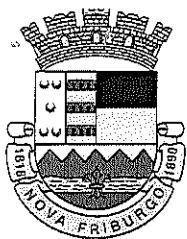


PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 93 Fis. 586  
PRESIDENTE DA C. P. L.

2. Nas lições de José dos Santos Carvalho Filho, o “princípio do formalismo procedimental” passa a noção de que as regras procedimentais adotadas para a licitação devem seguir parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo[2]. 3. Todavia, é preciso atentar para que, no cumprimento desse princípio, não se peque pelo “formalismo”, consistente no apego exacerbado à forma e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade precípua do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. 4. Não são raros os casos em que, por um julgamento objetivo, porém, com apego literal ao texto da lei ou do ato convocatório, se excluem licitantes ou se descartam propostas que, potencialmente, representariam o melhor contrato para a Administração.”  
<https://jus.com.br/artigos/22134/o-principio-do-procedimento-formal-e-o-formalismo>

Ou seja, se a licitante apresentou profissional com experiência e o seu registro, suficiente para atender a exigência do edital, declarar sua inabilitação por questões meramente formais é algo irregular, ao passo que já restou sedimentado em nosso ordenamento jurídico que não se pode prolatar julgamentos com “excesso de rigor formal”, afastando o caráter da competitividade.

Neste sentido, conheço do recurso, e no mérito decido pelo seu **DESPROVIMENTO**, mantendo-se a decisão prolatada pela CPL.



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

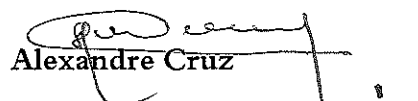
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 93 Fls. 537  
PRESIDENTE DA C. P. L.

Dê-se ciência aos interessados e publicidade a esta decisão.

Nova Friburgo, 17 de setembro de 2019.

  
Alexandre Cruz  
Presidente da CMNF